

O futuro da Estratégia de Saúde Digital Global e a Gestão Federada de Dados

Debora Raymundo Melecchi
Conselheira Nacional de Saúde
FENAFAR

Fevereiro 2026

Abordagens desta apresentação

Saúde Digital como Projeto de País

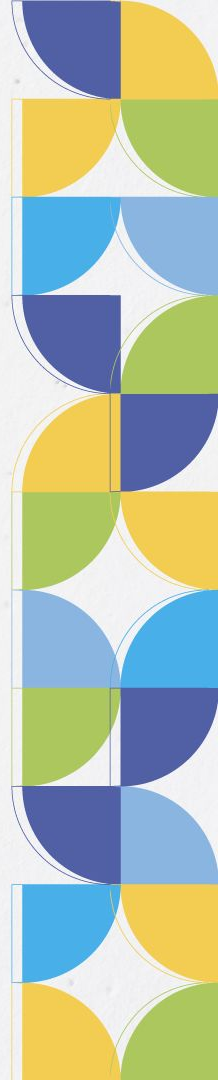
A Encruzilhada Histórica

Contexto Internacional da Saúde Digital

Gestão Federada de Dados

Desafios e respostas Coletivas

Caminhos para um Futuro Soberano



Saúde Digital como **Projeto de País**

Questões Estratégicas

***“Não há saúde digital sem democracia. Não há soberania sem governança pública dos dados.”
(Controle Social)***

Além da Tecnologia

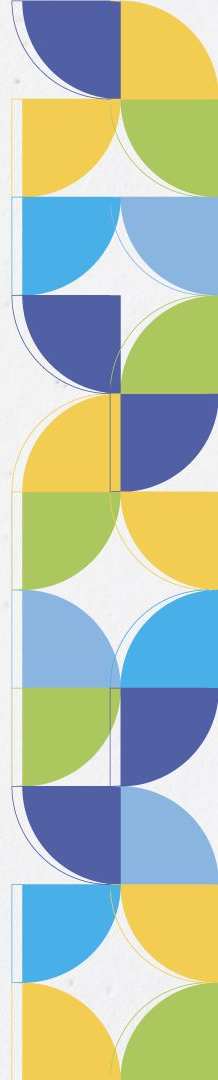
A transformação digital não é apenas técnica. É um projeto de nação que envolve disputas de poder, garantia de direitos fundamentais e escolhas políticas soberanas.

Centralidade dos Dados

Dados e plataformas digitais tornaram-se elementos estruturantes da organização do cuidado, da gestão estratégica e do planejamento público em saúde.

Inovação com Ética

A inovação deve estar subordinada à ética do cuidado e à equidade. Não basta modernizar; é preciso garantir que a tecnologia reduza as desigualdades sociais e regionais.



A Encruzilhada Histórica

Alerta: Ameaça à Soberania

Risco Tecnocrático e de Mercado

Centralização e Privatização: Risco de transformar dados de saúde em mercadoria e ativos financeiros.

Dependência Externa: Subordinação a plataformas proprietárias e perda de autonomia tecnológica.

Ampliação de Assimetrias: Fragmentação do sistema e enfraquecimento do controle social democrático.

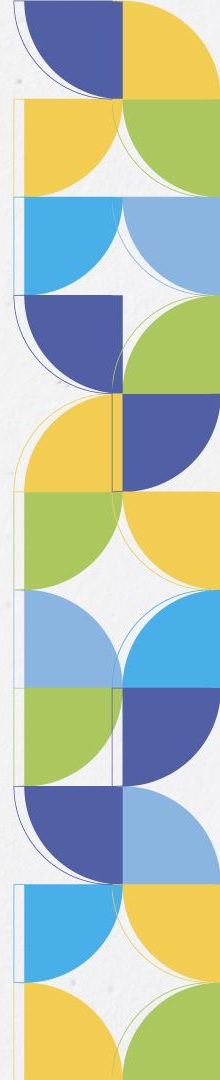
Objetivo: Fortalecimento do SUS

Caminho Público e Democrático

Arquitetura Federada: Adoção de padrões abertos, interoperabilidade com autonomia e infraestrutura pública robusta.

Participação Social: Governança ativa dos conselhos e sociedade civil nas decisões tecnológicas.

Soberania e Equidade: Fortalecimento do SUS, redução de desigualdades e controle nacional sobre os dados.



Contexto Internacional da Saúde Digital

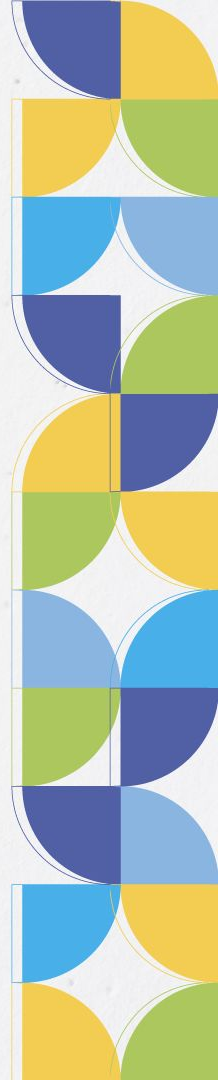
Dinâmicas Globais

Disputa de Modelos: Organismos multilaterais e grandes corporações de tecnologia (Big Techs) disputam narrativas e infra-estruturas de dados.

Interoperabilidade sem Soberania: Tendência global de facilitar o fluxo de dados priorizando métricas de eficiência econômica em detrimento de direitos locais.

Risco de Captura: Modelos que transformam dados de saúde em mercadoria (commodities), centralizando poder decisório fora dos Estados nacionais.

Desafio: Assimetria de Poder



Contexto Internacional da Saúde Digital

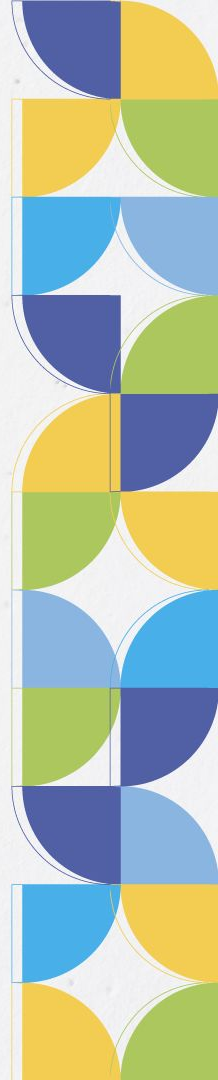
Perspectiva Controle Social do SUS

Protagonismo do SUS: O Brasil possui um dos maiores sistemas públicos universais do mundo, conferindo autoridade técnica e política no debate global.

Adoção Crítica: Incorporação de tecnologias e padrões internacionais, mas preservando a autonomia federativa e a capacidade de regulação estatal.

Democracia e Soberania: Defesa de que a tecnologia deve fortalecer o controle social e a soberania nacional sobre dados sensíveis da população.

Caminho: Saúde Digital Soberana



Gestão Federada de Dados

Federação ≠ Fragmentação

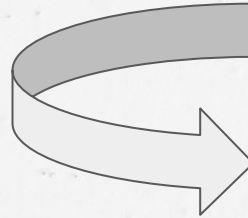
Coordenação com pactuação entre União, estados e municípios. A gestão compartilhada substitui o isolamento de sistemas por uma rede colaborativa.

Autonomia com Integração

Respeito à autonomia administrativa e sanitária de cada ente federado, garantindo simultaneamente a interoperabilidade nacional dos dados.

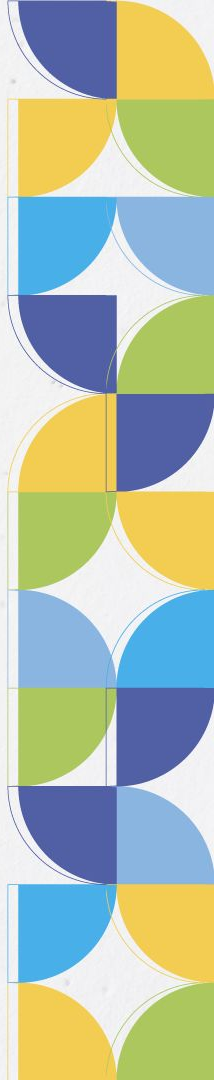
Governança e Sustentabilidade

Estrutura robusta focada em rastreabilidade, segurança jurídica dos dados e sustentação operacional contínua das infraestruturas digitais.



RNDS

Como eixo para a gestão federada e o elo digital estratégico, conectando pontos de cuidado, gestão e cidadã(o)s para materializar os princípios do SUS na era digital.



Desafios e respostas Coletivas : Governança Democrática

Decisão Participativa

Definições críticas sobre infraestrutura digital, contratos e uso de dados devem passar obrigatoriamente por debate público e deliberação social.

Integração Institucional

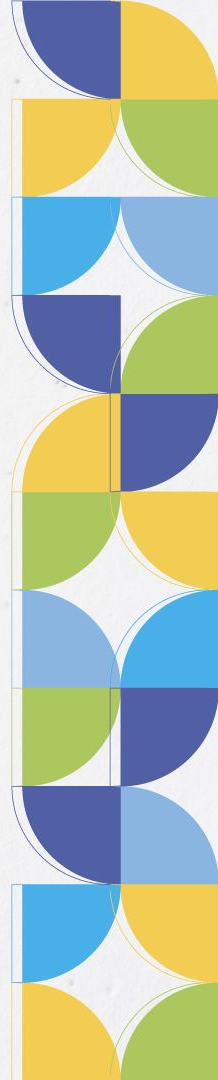
Fortalecimento do diálogo entre a SEIDIGI e a Câmara Técnica de Saúde Digital e Comunicação, unindo saber técnico e representação social.

Transparência Ativa

Implementação de mecanismos robustos de prestação de contas (accountability), permitindo à sociedade fiscalizar as políticas digitais.

O Papel do CGSD

O Comitê Gestor de Saúde Digital cumpre papel de articulação federada e garantindo que o interesse público oriente a estratégia nacional.



Desafios e as Respostas Coletivas: Proteção de Dados Pessoais (LGPD)

Dados Sensíveis e Segurança

Exigem tratamento diferenciado com protocolos rigorosos de segurança e princípios de minimização. Revelam condições clínicas e vulnerabilidades.

Cultura Institucional de Proteção

Envolve compromisso ético e político, evidenciado iniciativas como a 3ª Jornada de Proteção de Dados.

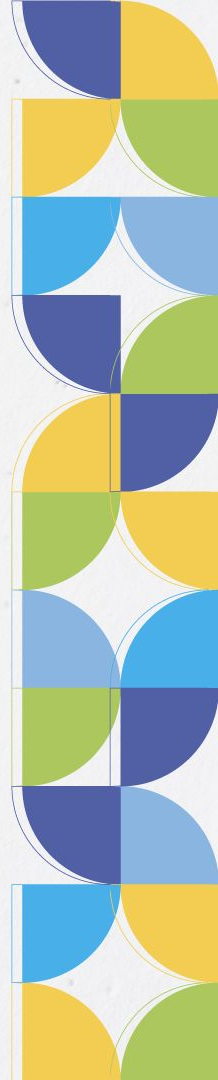
Governança e Anonimização

Estabelecimento de bases legais claras, técnicas robustas de anonimização e planos eficazes de resposta a incidentes para garantir a privacidade.

Privacidade é Direito

LGPD no SUS

A proteção de dados não é obstáculo à política pública, alicerce para construir relações de confiança entre o Estado e o cidadão na era digital.



Desafios e as Respostas Coletivas: Soberania Tecnológica e Dados

Política Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I)

Indispensável para a soberania de dados em saúde. O Brasil precisa ampliar sua capacidade de desenvolver, hospedar e gerir sistemas digitais próprios, reduzindo dependências tecnológicas externas. Interface na Saúde: Complexo Econômico Industrial da Saúde (CEIS)

Políticas Públicas Estruturantes

Brasil produziu a Política Nacional de Vigilância em Saúde; Atenção Básica; dentre muitas outras.

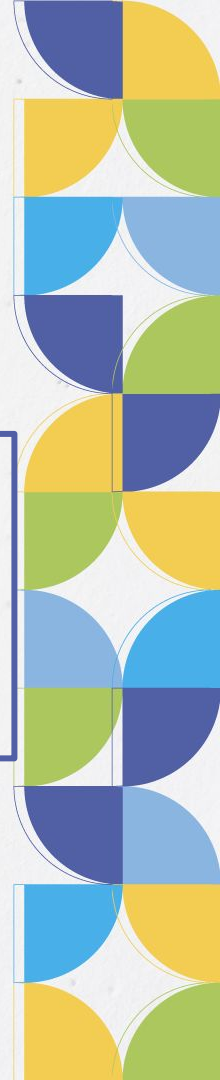
Nos exige suas implementações articuladas a favor das vidas e do Brasil.

Infraestrutura Pública de Dados

Hospedagem e gestão de dados sob controle estrito do Estado brasileiro, garantindo segurança nacional e impedindo a apropriação privada de informações estratégicas.

SUS maior política pública inclusiva

Sistema público universal de grande escala, com base territorial capilarizada.



Caminhos para um **Futuro Soberano**

Política de Estado

Assumir a Estratégia Saúde Digital não como projeto de governo, mas como política de Estado, construída coletivamente e permanente.

Investimento & Qualificação

Garantir financiamento público robusto e qualificação técnica nacional para reduzir dependências tecnológicas externas.

Arquitetura Federada

Implementar infraestrutura que respeite a autonomia de união, estados e municípios, com governança de dados compartilhada, segurança da informação e confidencialidade.

Tecnologia a Serviço do Cuidado

Reafirmar que a inovação só faz sentido se promover os princípios constitucionais do SUS: universalidade, integralidade e equidade.

Formação e Qualificação do Controle Social do SUS

É urgente promover informação qualificada para pessoas conselheiras, capacitando-os para debates técnicos e políticos sobre a transformação digital/letramento digital.

Por uma Saúde Digital Pública, Democrática e Soberana!



Conselho Nacional
de Saúde

